



14 DE JULHO DE 2016

Quinta-feira

- DECLARAÇÕES DO CENSO QUINQUENAL DE CAPITAIS ESTRANGEIROS NO PAÍS 2016 (ANO-BASE 2015) DEVEM SER ENTREGUES ATÉ 15/08/2016
- BRDESCO DECIDE MANTER ESTRUTURA DO HSBC EM CURITIBA
- EMPRESAS CENTENÁRIAS CURITIBANAS INVESTEM NO INTERIOR DO PARANÁ
- Com posições políticas divergentes, centrais sindicais organizam ato comum contra juros e desemprego
- MONTADORAS NEGOCIAM NOVAS LICENÇAS E DEMISSÕES VOLUNTÁRIAS
- IDOSOS ESCAPARÃO DE REVISÃO DOS BENEFÍCIOS POR INVALIDEZ, DIZ INSS
- CARF DETERMINA QUE GRUPO SIDERÚRGICO PAGUE CERCA DE R\$ 4 BILHÕES À RECEITA
- GERDAU CRÊ EM REVERSÃO DE JULGAMENTO DO CARF NA JUSTIÇA, NÃO FARÁ PROVISÃO
- IBGE: SETOR DE SERVIÇOS ACOMPANHOU INDÚSTRIA, DA QUAL É DEPENDENTE
- RETIRADA DE DÓLARES DO PAÍS CONTINUA NO INÍCIO DE JULHO, REVELA BC
- NÚMERO DE INADIMPLENTES CAI PELA PRIMEIRA VEZ DESDE 2014, DIZ SERASA
- CSN SAIRÁ DA USIMINAS QUANDO MINIMIZAR PERDAS DE INVESTIMENTO, CITA CONLUIO DE NIPPON E TECHINT
- SIDERÚRGICAS EUROPEIAS SE APROXIMAM DE ACORDOS MUITO AGUARDADOS
- FATURAMENTO DA INDÚSTRIA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO CAI 10,8%
- FIAT CHRYSLER OFERECERÁ RECOMPENSA A HACKER QUE AJUDAR A ENCONTRAR FALHAS DE SEGURANÇA
- FALHA NO BANCO FAZ GM CONVOCAR RECALL DO TRAILBLAZER 2016
- 90% DOS BRASILEIROS DIZEM QUE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DEVERIA SER MELHOR CONSIDERANDO O VALOR DOS IMPOSTOS
- MICRO E PEQUENAS EMPRESAS GERAM MAIS EMPREGOS EM MINAS
- Editorial: Pacificação na Usiminas
- Ministro apresenta programas brasileiros de proteção ao emprego a ministros do Trabalho do G20

- MINISTROS DO G20 ASSUMEM COMPROMISSO PELO TRABALHO DECENTE EM REUNIÃO NA CHINA
- OI TEM DÍVIDA DE R\$ 158 MILHÕES COM PEQUENAS EMPRESAS
- DESPESA COM ITAIPU PODE ELEVAR CONTA DE LUZ EM 2%
- PETROBRAS VAI SUSPENDER A PRODUÇÃO DE 25 PLATAFORMAS
- IIF PREVÊ AUMENTO DE CAPITAL EXTERNO NO BRASIL EM 2016 COM MELHORA DA POLÍTICA
- APÓS MESES DE RETRAÇÃO, MERCADO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS COMEÇA A REAGIR
- PROJEÇÕES APONTAM PARA 14 MI DE DESEMPREGADOS ATÉ FIM DE 2016, DIZ MOREIRA FRANCO
- FLEXIFER ANUNCIA NOVA LINHA DE PORTA-FERRAMENTAS POR CONTRAÇÃO TÉRMICA
- FORD F-150 RECEBE NOVO CÂMBIO DE 10 MARCHAS
- FPT INDUSTRIAL ALCANÇA 30 MIL MOTORES GNV VENDIDOS NO MUNDO
- JAGUAR LAND ROVER TRABALHA EM CARRO AUTÔNOMO OFF-ROAD
- PARALISAÇÃO DE AUDITORES DA RECEITA FEDERAL TEM INÍCIO NESTA QUINTA-FEIRA
- BANCOS ACEITAM PRORROGAR PRAZO DE ACORDO COM USIMINAS POR MAIS 60 DIAS
- INSTITUIÇÃO QUER CRIAR 'TINDER' PARA PARCERIAS ENTRE 3º SETOR E EMPRESAS
- SENADO ARGENTINO APROVA LEI QUE PROTEGE INDÚSTRIA AUTOMOTIVA

CÂMBIO		
EM 14/07/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,235	3,235
Euro	3,592	3,594

Fonte: BACEN

Declarações do Censo Quinquenal de Capitais Estrangeiros no País 2016 (Ano-base 2015) devem ser entregues até 15/08/2016

14/07/2016 – Gaia Silva, Gaede & Advogados Associados

A Circular do Banco Central nº 3.795/2016 consolidou a regulamentação para as declarações do Censo de Capitais Estrangeiros no País, com definição e parâmetros para o Censo Quinquenal e o Censo Anual. O primeiro é referente às datas base de anos terminados em zero (0) ou cinco (5) e o segundo, às datas bases dos demais anos.

Devem apresentar ao Banco Central do Brasil informações aos Censos Quinquenais, com data base em 31 de dezembro de 2015:

- as pessoas jurídicas sediadas no País, com participação direta de não residentes em seu capital social, em qualquer montante, na referida data base;
- os fundos de investimento com cotistas não residentes na respectiva data base, por meio de seus administradores; e
- as pessoas jurídicas sediadas no País, com saldo devedor total de créditos comerciais de curto prazo (exigíveis em até 360 dias), concedidos por não residentes, igual ou superior ao equivalente a US\$ 1 milhão (um milhão de dólares), na respectiva data base.
- Estão dispensados de prestar a declaração: pessoas naturais; órgãos da administração direta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; pessoas jurídicas devedoras de repasses de créditos externos concedidos por instituições sediadas no País; e entidades sem fins lucrativos mantidas por contribuição de não residentes.
- Assim, de 1º de julho de 2016 até às 18 horas de 15 de agosto de 2016, as pessoas jurídicas e/ou fundos de investimentos que se enquadrem nos critérios acima, deverão apresentar ao Banco Central do Brasil as informações do Censo Quinquenal, por meio de formulário disponível na página do Banco Central do Brasil na internet, no endereço www.bcb.gov.br.
- Já o Censo Anual ocorrerá em 2017, referente à data base de 31 de dezembro de 2016, e será obrigatório para:
- as pessoas jurídicas sediadas no País, com participação direta de não residentes em seu capital social, em qualquer montante, e com patrimônio líquido igual ou superior ao equivalente a US\$ 100 milhões (cem milhões de dólares), na respectiva data-base;
- os fundos de investimento com cotistas não residentes e patrimônio líquido igual ou superior ao equivalente a US\$ 100 milhões (cem milhões de dólares), na respectiva data-base, por meio de seus administradores; e
- as pessoas jurídicas sediadas no País, com saldo devedor total de créditos comerciais de curto prazo (exigíveis em até 360 dias) concedidos por não residentes igual ou superior ao equivalente a US\$10 milhões (dez milhões de dólares), na respectiva data-base.

Cabe ressaltar que a não apresentação das informações do Censo ao Banco Central do Brasil, a apresentação fora do prazo estipulado ou ainda a apresentação de informações falsas ou incompletas poderão sujeitar as pessoas jurídicas e fundos de investimentos mencionados às penalidades pecuniárias de até R\$ 250.000,00

(duzentos e cinquenta mil reais) previstas na Resolução nº 4.104/2012 do Conselho Nacional Monetário.

Bradesco decide manter estrutura do HSBC em Curitiba

14/07/2016 – Gazeta do Povo



A fase de transição do HSBC para o Bradesco começou no início deste mês e a intenção do banco brasileiro é aproveitar a maior parte da estrutura disponível em Curitiba para gerar mais rentabilidade para o grupo. As agências bancárias, centros administrativos e o HSBC Global Technology (GLT) – empresa de desenvolvimento de softwares – serão mantidos, assim como a maior parte dos quase 7 mil funcionários.

Em entrevista à Gazeta do Povo, o vice-presidente do Bradesco responsável pela área de tecnologia, Maurício Machado de Minas, e o vice-presidente da rede de atendimento, Josué Augusto Pancini, detalharam como será o processo de transição, que deve ser finalizado até 7 de outubro.

As grandes mudanças serão em relação à revisão de contrato com fornecedores, internalização de atividades próprias que o HSBC possui e organização de centros de competência de Curitiba que prestarão serviço para a organização a nível mundial.

Nas palavras de Minas, a grande surpresa em todo o pacote vendido pelo banco britânico por R\$ 16 bilhões, foi o HSBC Global Technology (GLT), empresa de desenvolvimento de softwares. A unidade será a primeira a se integrar ao Bradesco e toda a sua estrutura física e pessoal será mantida.

O que mudará será o nome e as funções. A unidade passa a se chamar Scopus Curitiba e focará suas atividades no desenvolvimento de plataformas web e mobile. Até então, a equipe de cerca de 800 funcionários se dedicava à manutenção dos sistemas desenvolvidos no exterior.

Com a transição, a Scopus Curitiba atuará junto com a Scopus de São Paulo – unidade de tecnologia do Bradesco que possui cerca de 700 funcionários. “Vamos dobrar de tamanho em desenvolvimento de tecnologia”, diz Minas.

O investimento em tecnologia vai de encontro ao objetivo do Bradesco de se tornar um banco digital. “Queremos criar uma plataforma nativa digital, com uma experiência parecida com a das redes sociais”, diz o executivo. O objetivo é fazer as plataformas digitais atuarem como provedoras de serviços, inclusive para abertura de contas.

Centros Administrativos

O HSBC possui quatro centros administrativos em Curitiba, nos bairros Água Verde, Hauer, Centro (Palácio Avenida) e Xaxim que empregam mais de 5 mil funcionários.

“Algumas atividades que imaginamos que sejam relevantes para o banco Bradesco e que hoje são feitas por terceiros em São Paulo, nós vamos deixar de terceirizar e vamos internalizar, como o call center aqui em Curitiba”, explica Minas.

O serviço de call center do Bradesco será todo feito pela equipe de Curitiba, que conta com 1 mil funcionários. O serviço de cobrança de mora, que também é terceirizado,

também deve ficar somente com a equipe local. “Vamos testar aqui para ver se há ganho de eficiência”, diz Pancini.

As demais áreas administrativas, que empregam 3,2 mil funcionários, também devem ser incorporadas. Para isso, serão organizados Centros de Competência em Curitiba que vão prestar serviço para a organização a nível nacional.

O destaque são os setores de crédito, estatístico e atuário. Já com relação aos funcionários de TI que não compõem o GLT, cerca de 900 pessoas, a ideia é tentar aproveitá-los e usá-los na gestão dos data centers.

O compromisso do Bradesco também é de manter a maior parte das agências bancárias do HBSC. Pancini afirma que, mesmo nos casos de sobreposição, quando há agências das duas bandeiras na mesma rua, por exemplo, não haverá fechamento. A exceção é para os casos de unidades ineficientes, que podem ser fechadas. “O que está sendo avaliado é se é uma operação que dá resultado”, diz Pancini.

Contraponto

O Sindicato dos Bancários de Curitiba e região acredita que não haverá demissões em massa, mas não trabalha com um cenário tranquilo de transição. A instituição teme que a matriz seja mantida em São Paulo e que parte dos centros administrativos sejam descontinuados.

Desde sexta-feira (8), o sindicato disponibilizou um canal de denúncias em na sua página e está recebendo cerca de 15 depoimentos anônimos por dia. A maior parte das reclamações é sobre a falta de informação.

A categoria também está mobilizada para manutenção dos salários e benefícios dos funcionários do HSBC, que, segundo a instituição, são maiores que os oferecidos pelo Bradesco.

Transição deve ser finalizada em 7 de outubro

Clientes vão receber kit de boas-vindas contendo cartões entre o fim de agosto e início de setembro

O Bradesco deve finalizar a transição dos clientes do HSBC até o dia 7 de outubro. A partir de então, todas as agências do banco inglês terão uma nova fachada e os canais digitais serão encerrados e trocados pelas plataformas oferecidas pelo Bradesco.

Os clientes vão receber um kit de boas-vindas, contendo novos cartões e orientações, entre o fim de agosto e início de setembro.

A orientação é que eles façam o desbloqueio dos cartões em uma máquina de autoatendimento. Os cartões com a bandeira do HSBC continuarão funcionando até o fim deste ano.

Os gerentes de contas e as senhas bancárias de seis dígitos serão mantidas. O mesmo acontecerá com os pacotes e tarifas bancárias de serviços prioritários para pessoas físicas durante doze meses, uma exigência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A grande mudança será nas plataformas de atendimento digital. A tecnologia do HSBC será encerrada e os clientes do banco inglês passam a usar os sistemas desenvolvidos pelo Bradesco. Isso também deve ocorrer até 7 de outubro.

Desde o dia 2 de julho, clientes do HSBC já podem utilizar caixas eletrônicos do Bradesco para realização de saques e pagamentos de contas.

Empresas centenárias curitibanas investem no interior do Paraná

14/07/2016 – Bem Paraná



O interior do Paraná tem se revelado um polo de bons negócios. Vislumbrando a exploração de novos mercados, empresas originalmente curitibanas têm expandido suas atuações e fronteiras para cidades que oferecem um mercado cada vez mais promissor e indicam novas oportunidades de negócios.

A aproximadamente 400 km de Curitiba, Londrina, quarta cidade mais importante da região sul e localizada estrategicamente no eixo que liga o sul ao sudeste, tem despertado a atenção de empresas que buscam ampliar seus negócios e atingir novos públicos. Um exemplo dessa viagem ao interior do Paraná é o Grupo Thá, empresa curitibana que congrega engenharia, incorporadora e imobiliária.

A história da Thá no interior do Paraná começou ainda nos tempos da fundação de Londrina, com a construção do prédio da Estação Ferroviária, em 1945, o grande marco do desenvolvimento da cidade.

Nos últimos anos, essa atuação foi intensificada, com destaque para construção do Real Parque, bairro planejado que está sendo implantado na Gleba Palhano, e para a reforma e ampliação da Santa Casa de Londrina.

De acordo com o CEO do Grupo Thá, Arsenio de Almeida Neto, a cidade de Londrina é um amplo mercado a ser explorado. "O mercado imobiliário em Londrina tem demonstrado grande maturidade e equilíbrio.

O Grupo Thá acredita no potencial do mercado londrinense e tem segurança para novas construções. Nosso objetivo é crescer cada dia mais na região e construir obras exemplares e que tragam o melhor para cada morador e/ou investidor de Londrina", afirma o CEO. Atualmente, a Thá possui quatro empreendimentos em construção na cidade que juntos somam mais de 100 mil m² de área construída.

Outro exemplo dessa incursão ao interior do estado é o Instituto Superior de Administração e Economia (ISAE), conveniada da Fundação Getulio Vargas (FGV) no Estado do Paraná. No ano em que completa 20 anos de história, a instituição está tirando do papel seu projeto de expansão na cidade de Londrina. A cidade paranaense ganhará uma sede nova do ISAE/FGV, além de receber dezenas de cursos exclusivos de uma das principais escolas de negócios do Brasil.

A nova sede do ISAE/FGV em Londrina, que contará com aproximadamente 500m², está sendo finalizada na Avenida Tiradentes (nº 501), uma das principais vias de acesso da cidade. A unidade, assim que completa, terá capacidade para atender 1.170 alunos por período, duplicando o potencial da instituição que atua na cidade desde 1997.

"Ao longo dessas quase duas décadas atuando em Londrina, desenvolvemos parcerias estratégicas e construímos um portfólio que contribuiu para a qualificação e desenvolvimento de Líderes Globalmente Responsáveis. Agora, queremos intensificar

nossa atuação na cidade com a nova sede e ampliando os cursos oferecidos”, explica Cleyton Caetano, gestor do ISAE/FGV em Londrina.

Outra empresa que experimentou um crescimento exponencial de 20% no segundo semestre de 2015 e resolveu respirar novos ares é a centenária Cini Bebidas, que está focando o interior do Paraná para consolidar sua imagem e aumentar sua abrangência estadual.

Inicialmente, a ideia da Cini Bebidas é trabalhar com intensidade nas grandes cidades do interior, entre elas Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e Foz do Iguaçu com objetivo de aumentar sua distribuição.

“Contrariando o momento negativo da economia brasileira, a Cini tem alcançado números significativos nos últimos meses. Isso é fruto de um trabalho baseado em um planejamento completo, que integra todas as áreas da empresa, e moderno, focado em resultados concretos.

É com esse cuidado e dedicação, oferecendo sempre produtos de altíssima qualidade, que queremos consolidar nossa marca no interior do Paraná”, completa o CEO da Cini Bebidas, Rodrigo Marcon.

Com posições políticas divergentes, centrais sindicais organizam ato comum contra juros e desemprego

14/07/2016 – O Estado de S. Paulo



Com posicionamentos divergentes sobre o impeachment da presidente Dilma Rousseff e na relação com o governo interino de Michel Temer, as seis principais centrais sindicais do país organizam um inédito ato de rua em que estarão juntas por uma pauta trabalhista comum.

CUT, Força Sindical, UGT, Nova Central, CTB e CSB marcharão unidas pela Avenida Paulista no próximo dia 19 para reivindicar a redução de juros e por mais empregos.

Uma semana depois, no dia 26, lideranças das mesmas centrais realizarão uma plenária nacional conjunta. Na ocasião, vão elaborar um documento comum com propostas para a redução das taxas de juros e combate ao desemprego, nos moldes do manifesto “Compromisso pelo Desenvolvimento” feito em 2015.

Para o secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre, apesar das divergências políticas entre as centrais, os motivos para a junção são 'suficientes'

O cronograma de atividades foi definido em reunião nesta quarta-feira em São Paulo, que contou com a presença de dirigentes das centrais. Ficou acertado que as manifestações políticas ficarão de fora tanto no ato de rua quanto no documento conjunto.

“A crise política não será tema do discurso”, ressalta o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna. Segundo ele, a realização de atos com a

participação das principais centrais significa um amadurecimento do movimento sindical brasileiro, que ultrapassa as diferenças de posições políticas.

A Força Sindical apoiou, inclusive nos atos de rua, o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Seu principal representante, o deputado Paulinho da Força (SD-SP), faz parte da base de apoio do governo interino de Michel Temer.

No mesmo período, centrais como CUT e CTB organizaram passeatas "em defesa da democracia e contra o golpe". As centrais fazem parte da Frente Povo Sem Medo, que anuncia nesta quinta-feira, 14, novos protestos contra o governo Temer.

Para o secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre, apesar das divergências políticas entre as centrais, a expectativa geral é que "virá um período difícil" para os trabalhadores com a tramitação de diversas propostas que significam redução de direitos.

"Os motivos para estarmos juntos são mais do que suficientes. Historicamente nossas conquistas vieram quanto tivemos unidos", disse.

Montadoras negociam novas licenças e demissões voluntárias

14/07/2016 – Gazeta do Povo



Com um excedente de mão de obra estimado em 32 mil trabalhadores pela Anfavea (associação das montadoras) e as vendas do mercado interno despencando 25% no ano, a indústria automobilística inicia o semestre negociando com os sindicatos formas de evitar novas demissões.

Estão na pauta licenças remuneradas, prorrogação dos lay-offs (suspensão dos contratos de trabalho), extensão do Programa de Proteção ao Emprego (PPE), alterações na remuneração, programas de demissões voluntárias, e até mesmo reestruturações na produção, com empregados sendo treinados para montar, tanto veículos de passeio como caminhões.

Mesmo tendo fechado 29 mil vagas nos últimos três anos, as montadoras têm hoje 21,3 mil trabalhadores no regime de PPE (em que há redução de jornada e de salário em até 30%), e outros 4.700 empregados em lay-off – quando o trabalhador fica em casa e parte do salário vem do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, concentra-se boa parte desse excedente de mão de obra. Considerando só as linhas de montagem de Volkswagen, Ford e Mercedes-Benz com sede na cidade, são 6.400 funcionários a mais do que o necessário para o atual nível de produção, segundo as montadoras.

"Os trabalhadores do ABC são mais caros do que em outras montadoras. Os sindicatos, que são fortes na região, quase sempre conseguiram bons benefícios e reajustes salariais. Agora, com a crise aguda na economia, a conta está chegando", diz o especialista em setor automobilístico da consultoria Oikonomia, Raphael Galante, lembrando que as unidades de produção da área são mais antigas e, portanto, menos produtivas que as mais modernas, como as de Hyundai, em Piracicaba, e Honda, em Indaiatuba, ambas no interior paulista.

Volks

A Volks foi a primeira a enviar ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC uma pauta de "reestruturação e de redução de custos". Na fábrica de São Bernardo, onde são montados Gol, Saveiro e Jetta, calcula-se um excedente de 3.600 trabalhadores, entre metalúrgicos e pessoal administrativo. A empresa propõe, entre outras medidas, um Programa de Demissão Voluntária (PDV), alterações no banco de horas e na jornada de trabalho, continuidade do PPE e do lay-off e, segundo o sindicato, que os trabalhadores fiquem sem reajuste em 2017, 2018 e 2019.

Atualmente, dos dez mil empregados da Volks em São Bernardo, 8.400 estão inseridos no PPE e 610 em lay-off. Há um acordo coletivo que vale até 2019, mas que se baseia numa produção anual de 250 mil unidades, que não deve ser atingida este ano. Por isso, as negociações foram reabertas.

"A situação atual exige um processo de reflexão capaz de dar soluções que interessem aos trabalhadores. Da empresa, esperamos que ela abra mão de cláusulas apresentadas", afirma o secretário-geral do Sindicato, Wagner Santana, acrescentando que a pauta da empresa já foi apresentada aos trabalhadores.

Procurada, a Volks informou, em nota, que as projeções indicam queda de 20% na produção este ano, e de 40% em relação a 2014, quando foi fechado o acordo coletivo em vigor. Por isso, a empresa diz que retomou o diálogo para que sejam "construídas alternativas para o novo cenário que se impõe".

Mercedes

Na Mercedes, que fabrica ônibus e caminhões em São Bernardo do Campo, dos dez mil funcionários, 1.800 estão em licença remunerada. Há um PDV aberto desde 1º de junho, e, segundo a montadora, o excedente de mão de obra é de 2.000 pessoas.

A empresa diz que medidas estão sendo adotadas para evitar demissões e que o diálogo com o sindicato é constante. O segmento de caminhões teve queda de 32% nas vendas em junho em relação ao mesmo mês de 2015.

Ford

Na unidade da Ford no ABC, onde é produzido o Fiesta, os trabalhadores estão sendo treinados para trabalhar também na linha de montagem de caminhões, a partir de outubro.

A fábrica tem 4.500 empregados. Com essa "otimização", o excedente de mão de obra na unidade cai a 850 pessoas. Destas, 450 entrarão em lay-off, e será aberto um PDV com meta de adesão de 300 trabalhadores da produção e cem do setor administrativo.

Os funcionários aprovaram o acordo. Em nota, a Ford informou que as medidas adotadas visam adequar a estrutura atual às condições de mercado "em razão da contínua deterioração das condições de negócios e consequente redução dos volumes de vendas e produção".

Idosos escaparão de revisão dos benefícios por invalidez, diz INSS

14/07/2016 – Gazeta do Povo

O novo presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Leonardo Gadelha, disse nesta quarta-feira (13) que os aposentados por invalidez que têm a partir de 60 anos vão escapar da revisão dos benefícios por incapacidade.

"Não há porque convocá-los se eles podem auferir o mesmo benefício de outra forma", afirmou, depois de tomar posse na sede do INSS, em Brasília. A metade dos 3,2 milhões de aposentados por invalidez no país têm mais de 60 anos. A estimativa do

governo é cortar 150 mil desses benefícios com a revisão. O gasto mensal para bancar essas aposentadorias por invalidez é de R\$ 3,6 bilhões.

O governo do presidente em exercício, Michel Temer, também anunciou, na semana passada, a revisão de auxílio-doença e do Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/Loas). As perícias devem começar em agosto. O governo tem um mês para normatizar como se dará a convocação e o atendimento dessas revisões.

“O objetivo não é prejudicar ninguém. Vamos fazer de forma muito criteriosa, para buscar apenas os gargalos, aqueles em que há indícios de irregularidades. Todo cidadão brasileiro que merece o benefício terá o benefício preservado”, afirmou Gadelha. Segundo ele, a convocação será feita por carta pelos Correios. “Não é preciso que as pessoas procurem uma agência do INSS neste momento”, explicou.

Bônus

O governo vai pagar um bônus de R\$ 60 por atendimento para os peritos do instituto que aderirem ao processo de revisão dos benefícios. Em dois anos, período estimado para a revisão de todos os benefícios, devem ser gastos R\$ 50 milhões com os bônus aos peritos.

O INSS tem 4 mil desses profissionais na ativa, segundo Francisco Cardoso, presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos (ANP). Ele estima que 80% do quadro deve aderir ao processo de revisão. Cada perito faz, em média, 15 atendimentos por dia. Para aderir à revisão e ganhar o bônus, os médicos do INSS devem manter o mesmo número de atendimento e fazer de três a quatro atendimentos de revisão dos benefícios por incapacidade. “Não adianta cobrir um santo e descobrir o outro”, disse Gadelha.

Atualmente, a fila para a concessão do auxílio-doença é de 45 dias, segundo Cardoso. Esse tempo médio de espera para o agendamento já chegou a 90 dias no período da greve, mas o ideal é que não passe de um mês. O presidente da ANP estima em seis meses a um ano o prazo para colocar em dia os atendimentos que ficaram represados no período de quase 140 dias de paralisação encerrado em janeiro deste ano.

O governo estima que a revisão desses benefícios vá gerar uma economia de R\$ 6 bilhões por ano. No caso do auxílio-doença, a previsão é de cortar 30% dos benefícios concedidos acima de dois anos. Em relação ao benefício de assistência continuada, a economia deve ser de R\$ 800 milhões com a retirada de 2% dos benefícios.

São 4,3 milhões de pessoas que recebem o benefício dado a idosos e deficientes com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo. O custo estimado para este ano é de R\$ 45 bilhões.

Posse

O novo presidente do INSS disse que, para melhorar o atendimento aos segurados, é preciso valorizar os peritos do instituto, com aumentos na remuneração e novos concursos. Também disse que vai focar em novas tecnologias.

“O futuro do INSS será cada vez mais remoto. É claro que há um limite para isso, mas, na medida do possível, vamos incorporar tecnologias que comprimam o tempo que faz o segurado esperar pelo agendamento e concessão do benefício”, afirmou.

Natural de Brasília, Gadelha tem 41 anos, é pós-graduado em administração de empresas pela Universidade da Califórnia (EUA), em Berkeley, e em gestão financeira pela Fundação Getúlio Vargas; também é mestre em Gestão pela Universidade de Brasília (UnB).

Filiado ao Partido Social Cristão (PSC) desde 2009, foi deputado estadual e federal. Em 2014, tornou-se consultor legislativo do Senado Federal. Na cerimônia de posse, o primeiro a discursar foi o presidente do partido, Pastor Everaldo, que pediu, em oração, que Deus abençoe Gadelha “na sua nova missão”.

Gadelha assumiu presidência do instituto no lugar de Elisete Berchiol da Silva Iwai, que estava no comando da casa desde janeiro de 2015.

Carf determina que grupo siderúrgico pague cerca de R\$ 4 bilhões à Receita

14/07/2016 – Bem Paraná

Depois de um mês de julgamento, a Câmara Superior do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) determinou que o grupo siderúrgico Gerdau pague à Receita Federal cerca de R\$ 4 bilhões em autuações fiscais.

A companhia foi derrotada em quatro recursos que questionavam a tributação de operações de aquisição entre empresas do mesmo grupo. As informações são da Agência Brasil.

O valor das autuações consta de estimativa informal apresentada pela Receita Federal durante a sessão. O julgamento na Câmara Superior de Recursos Fiscais -última instância do Carf- terminou empatado, cabendo ao presidente do Carf, Carlos Alberto Barreto, decidir a votação em favor do Fisco. De acordo com a PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), o Grupo Gerdau trocava bens e ativos entre empresas do mesmo grupo.

Conhecido como ágio interno, esse tipo de operação diminui artificialmente, segundo a PGFN, o pagamento de Imposto de Renda e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Isso ocorre porque as aquisições de produtos de uma empresa de um mesmo grupo são registradas como despesa, reduzindo o lucro e, portanto, a tributação.

Durante o julgamento, a defesa do Grupo Gerdau argumentou que a empresa passou por uma reestruturação, que incluiu a entrada de sócios minoritários. Conforme o advogado da companhia, a mudança na composição do grupo justificou as operações de trocas de ativos.

A defesa informou que pode recorrer à Justiça para reverter a decisão do Carf. Dos quatro recursos julgados nesta quarta (13), três tiveram início em 2010 e um, em 2011.

A tramitação desses processos foi investigada pela Operação Zelotes da Polícia Federal, que apura um esquema de propinas para influenciar decisões do Carf.

Formado por representantes do governo e do setor privado, o órgão julga recursos de contribuintes que questionam, em esfera administrativa, a aplicação de multas e de autuações fiscais.

Segundo a Polícia Federal, o Grupo Gerdau é suspeito de ter conseguido reverter cerca de R\$ 1,5 bilhão em autuações fiscais no Carf. Em outubro do ano passado, a PF prendeu um ex-conselheiro do órgão que tinha conseguido reverter decisões desfavoráveis ao grupo siderúrgico em instâncias inferiores do Carf.

Em maio, o presidente da companhia, André Gerdau, e 18 pessoas foram indiciados pela Operação Zelotes.

Gerdau crê em reversão de julgamento do Carf na Justiça, não fará provisão

14/07/2016 – R7

O grupo siderúrgico Gerdau acredita na possibilidade de reversão do julgamento do Carf contra a empresa desta quarta-feira poderá ser revertido na Justiça e manterá postura de não fazer provisão para o caso, que envolve valores de cerca de 4 bilhões de reais.

"A companhia analisará a possibilidade de apresentar recurso ainda na esfera administrativa (...) Caso apresentado e não provido, a discussão prosseguirá no Poder Judiciário", disse a empresa em comunicado.

"A companhia mantém seu posicionamento de não constituir provisão para contingências, uma vez que em seu entendimento e de seus consultores jurídicos a probabilidade de ganho da causa é possível."

IBGE: Setor de serviços acompanhou indústria, da qual é dependente

14/07/2016 – Paraná Online

Na passagem de abril para maio, o setor de serviços acompanhou a estabilidade verificada na indústria no período, avaliou Roberto Saldanha, analista da Coordenação de Serviços e Comércio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O volume de serviços prestados recuou 0,1%, enquanto a produção industrial ficou estagnada (0,0%).

"Em relação a abril, o volume de serviços ficou praticamente estável. Praticamente, ele acompanhou o movimento do setor industrial, que também ficou estável em relação a abril. Isso mostra então como o setor de serviços depende do setor industrial, como é vulnerável", afirmou Saldanha.

Na comparação com maio de 2015, também houve queda acentuada tanto nos serviços quanto na indústria. A Pesquisa Mensal de Serviços mostrou recuo de 6,1%, enquanto a Pesquisa Industrial Mensal apontou redução de 7,8% na produção.

Segundo Saldanha, os serviços dependem de uma retomada da indústria para mostrar também uma recuperação. "E também da retomada de alguns contratos por parte do governo", acrescentou.

Dependentes da atividade empresarial, os serviços de transportes chegaram a recuar 9,1% em maio ante maio do ano passado. "O transporte é mais vulnerável ao setor industrial, porque atua nos dois lados, tanto no transporte de insumos como na distribuição da produção final", lembrou o analista do IBGE.

Ao mesmo tempo, a deterioração do mercado de trabalho atingiu os serviços prestados às famílias, que encolheram 7% em maio. Segundo Saldanha, o segmento só apontará recuperação diante de uma redução no desemprego e recomposição da renda do trabalhador.

Retirada de dólares do país continua no início de julho, revela BC

14/07/2016 – G1

A saída de dólares superou o ingresso de recursos no país em US\$ 1,74 bilhões no início de julho, até a última sexta-feira (8), informou nesta quarta (13) o Banco Central. A retirada de dólares do país já havia sido registrada em maio e junho deste ano. No acumulado deste ano, também até a última sexta-feira, os números da autoridade monetária mostram que US\$ 12,15 bilhões deixaram a economia brasileira. Em igual período do ano passado, foi registrado o ingresso de US\$ 10,46 bilhões no país.

A saída de dólares em no começo deste mês favoreceria, em tese, a alta da moeda. Isso porque, com menos dólares no mercado, seu preço tenderia a subir. Na parcial de julho, o dólar vem registrando, de fato, alta.

No fechamento de junho, estava em R\$ 3,21, avançando para R\$ 3,29 nesta quarta-feira (13), por volta das 12h40.

O movimento pode estar relacionado com a atuação do Banco Central brasileiro, que interveio para sustentar as cotações da moeda dos Estados Unidos em todos os dias deste mês - à exceção de sexta-feira passada. Nesta quarta, o BC repetiu a venda de 10 mil swaps reversos, que equivalem à compra futura de dólares.

Por meio das operações de swaps cambiais (que funcionam como uma venda futura de dólares), ou de "swaps reversos" - que funcionam como uma compra de dólares no mercado futuro, o Banco Central realiza intervenções no câmbio.

Com estas operações, a autoridade monetária impede uma alta maior do dólar no mercado à vista e oferece garantia (hedge) às empresas contra a valorização da moeda, ou atua para conter uma queda mais forte.

Número de inadimplentes cai pela primeira vez desde 2014, diz Serasa

14/07/2016 - G1



Em maio, o Brasil tinha 59,4 milhões pessoas com dívidas em atraso, cerca de 1,3 milhão a menos do que em abril. Valor das dívidas dos brasileiros soma R\$ 264,2 bi

O número total de consumidores inadimplentes caiu pela primeira vez desde dezembro de 2014, segundo pesquisa divulgada nesta quarta-feira, 13, pela Serasa Experian.

Em maio, o Brasil tinha 59.470.359 pessoas com dívidas em atraso, cerca de 1,3 milhão a menos do que em abril, quando o total atingiu um nível recorde. O valor das dívidas verificadas soma R\$ 264,2 bilhões.

Segundo os economistas da Serasa, este movimento revela o esforço dos consumidores para renegociar dívidas e sair da inadimplência. Para eles, são duas as condições que possibilitaram às pessoas regularizarem as dívidas: elas buscaram linhas de crédito ou sacaram o dinheiro da caderneta de poupança. De acordo com informações do Banco Central, as retiradas da poupança superaram os depósitos em R\$ 42,6 bilhões entre janeiro e junho de 2016.

Na divisão por faixa etária, os consumidores de 41 a 50 anos são os mais inadimplentes (12,8% em maio, igual ao nível do mês anterior). Na sequência aparecem os jovens de 18 a 25 anos (15,6% em maio, de 15,8% em abril).

Depois está a faixa de 31 a 35 anos (13,8%, estável ante o mês anterior), seguida da categoria de 26 a 30 anos (13,7%, também estável). Os idosos acima de 61 anos estão entre os mais regulares nos pagamentos (com 12,5% de inadimplência), assim como a faixa de 36 a 40 anos (12,4%) e os de 51 a 60 anos (12,8%).

De acordo com os analistas da Serasa, apesar da queda na representação dos jovens na inadimplência em maio ante abril, o desemprego, a falta de experiência no crédito

e a maneira impulsiva de ir às compras estão entre os principais fatores que levam este grupo a atrasar dívidas.

CSN sairá da Usiminas quando minimizar perdas de investimento, cita conluio de Nippon e Techint

14/07/2016 – G1

Advogados da CSN afirmaram nesta quarta-feira que a companhia deixará o capital da Usiminas quando minimizar perdas de seu investimento na empresa, mas dentro do prazo estabelecido anos atrás em acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Os advogados também questionaram em entrevista a jornalistas as relações entre os grupos controladores da Usiminas Nippon Steel e Techint, nas quais acreditam que há evidência de conluio que resultou em grandes perdas para a siderúrgica brasileira.

Siderúrgicas europeias se aproximam de acordos muito aguardados

14/07/2016 – Inda

Siderúrgicas europeias se aproximam de acordos muito aguardados

O abatido setor siderúrgico da Europa pode estar prestes a fechar os negócios que tanto ansiava.

A última esperança para o setor surgiu na sexta-feira, quando a segunda maior produtora do continente, a Tata Steel, disse que está negociando com a terceira, a Thyssenkrupp, uma possível joint venture. O interesse vem logo após o movimento da maior produtora, a ArcelorMittal, para assumir o controle da Ilva, maior planta siderúrgica da Europa.

Essas transações podem ajudar a resolver o problema mais persistente do setor: há muitas usinas produzindo muito material. O excesso de oferta impede as siderúrgicas de funcionarem a plena capacidade e gera aumento de custo.

Ao mesmo tempo, as empresas europeias estão produzindo uma grande quantidade de aço em um momento em que a China está inundando o mercado global com uma exportação recorde, prejudicando ainda mais os lucros. A esperança é que, com mais consolidação, as empresas maiores possam ajudar a reduzir a oferta excedente, respaldando os preços na região.

"Deixar de avançar com a consolidação do setor agora seria irracional", disse o Berenberg Bank em nota a investidores, na segunda-feira. "Um acordo de fusão ou aquisição terá mais efeito que uma melhora cíclica da sustentabilidade do lucro do setor siderúrgico da UE."

Contudo, um importante obstáculo para qualquer acordo é o papel futuro da divisão britânica da Tata, incluindo seus altos-fornos em Port Talbot.

A empresa, que disse em março que planejava vender sua deficitária divisão britânica, informou na sexta-feira que está estudando "soluções de portfólio alternativas e mais sustentáveis" para seus ativos europeus e que iniciará processos separados para se desfazer de algumas outras unidades na Inglaterra.

Koushik Chatterjee, diretor-executivo da Tata Steel, disse que o sucesso da negociação com a Thyssenkrupp e a inclusão da divisão britânica na possível joint venture depende de alguns fatores, incluindo um resultado adequado para o esquema de pensão da indústria siderúrgica britânica.

Entre os demais fatores estão o sucesso das discussões com os sindicatos e a entrega de iniciativas de política e outros tipos de apoio dos governos do Reino Unido e do País de Gales.

Kepler Cheuvreux disse que um acordo com a Thyssenkrupp ampliaria as chances de fechamento de Port Talbot, enquanto o Deutsche Bank disse que é difícil ver como o futuro dos fornos pode vir a ser sustentável. Um conselho de trabalhadores da empresa alemã é contrário ao empreendimento, reportou a Reuters, citando chefes dos conselhos de trabalhadores.

A última novidade da Tata vem após a oferta da ArcelorMittal, no mês passado, de assumir a planta Ilva, na Itália, em uma proposta conjunta com a Marcegaglia. O governo italiano está procurando ofertantes após assumir a administração da planta no ano passado para salvar empregos e retificar danos ambientais.

A planta, que atualmente compete com o aço produzido pela ArcelorMittal, produz cerca de 4,8 milhões de toneladas ao ano e é conhecida por produzir aço barato. O AcciaItalia, um consórcio rival que inclui a Arvedi, também apresentou proposta pela Ilva.

Faturamento da indústria de material de construção cai 10,8%

14/07/2016 – Jornal Extra/G1

As vendas de materiais de construção tiveram uma queda de 10,8% em junho na comparação com o mesmo mês de 2015, já descontando a inflação do período. O levantamento é da Associação Brasileira da Indústria dos Materiais de Construção (Abramat), que observa que trata-se da 29ª retração consecutiva do faturamento do setor. A associação revisou o desempenho para este ano e agora estima queda de 8% no faturamento.

Na relação com maio de 2016, junho também apresentou queda, de 3,7%, de acordo com a pesquisa. Na comparação entre o primeiro semestre de 2016 com o primeiro semestre do ano passado, a retração foi de 14,3%.

“As condições negativas na economia continuam a afetar o desempenho da indústria. Estamos na expectativa de uma retomada do crédito para reformas e do anunciado estímulo à infraestrutura via concessões e PPPs (parceria público-privada)”, afirma Walter Cover, presidente da entidade.

As indústrias de materiais segmentados em base e acabamento também tiveram desempenho negativo no mês passado de -13,7% e -6,5%, respectivamente, frente a junho de 2015. Em comparação com maio de 2016, houve queda 3,8% nas vendas de base e de 3,6% nas vendas de materiais de acabamento.

O índice também aponta que o nível de empregos nas indústrias de materiais de construção caiu 9,7% em comparação a junho do ano passado.

Fiat Chrysler oferecerá recompensa a hacker que ajudar a encontrar falhas de segurança

14/07/2016 – DCI

- A Fiat Chrysler Automobiles vai oferecer recompensas de até 1.500 dólares para hackers éticos que falarem para a montadora sobre falhas de segurança de dados em seus veículos, disse a empresa.

O movimento da FCA acontece um ano depois que os pesquisadores independentes de segurança eletrônica usaram uma conexão sem fio para desligar o motor de um Jeep Cherokee. A ocorrência, publicada na revista Wired, alarmou fabricantes de

automóveis e reguladores, e levou FCA a fazer um recall de 1,4 milhão de veículos para evitar o uso de uma conexão sem fio para controlar o veículo.

Representantes da FCA disseram que a Bugcrowd, de San Francisco, que administra programas similares para uma série de empresas, incluindo a Tesla Motors, vai administrar o seu programa "de recompensas de bugs".

Casey Ellis, presidente-executivo da Bugcrowd, disse em uma coletiva de imprensa que a sua empresa tem 32 mil pesquisadores que trabalham através do seu serviço. A Bugcrowd avalia seus pesquisadores com base na qualidade do trabalho, disse ele.

Titus Melnyk, gerente sênior de arquitetura de segurança na FCA, disse que a montadora poderia compartilhar informação gerada pelo programa Bugcrowd com outros fabricantes de automóveis, através da Auto-ISAC.

Falha no banco faz GM convocar recall do Trailblazer 2016

14/07/2016 - O Globo



A General Motors do Brasil Ltda. anunciou, nesta quarta-feira, recall de 171 unidades da Trailblazer 2016 no Brasil, com data de fabricação de 26/1/16 a 25/4/16, devido a uma falha na estrutura do encosto do banco da segunda fileira, no lado esquerdo.

No comunicado, a empresa informa que o mecanismo reclinador do encosto pode não travar corretamente. Nestas condições, em caso de colisão frontal severa do veículo, pode não haver retenção dos ocupantes do referido banco, resultando em lesões físicas graves aos ocupantes, já que o banco pode não suportar o corpo do passageiro.

Proprietários de veículos da marca, com numeração de chassis de GC414982 a GC432726, devem agendar junto a uma concessionária da marca a substituição gratuita da estrutura do banco a partir desta quarta-feira. Segundo a GM, não há registro de acidente no Brasil por causa do defeito.

O reparo deve levar cerca de três horas. É possível verificar se seu carro está envolvido por meio da central da Chevrolet no telefone 0800-7024200. Para mais informações, também podem acessar o site da montadora.

Para mais informações, a GM disponibiliza o telefone 0800 702 4200 e o site: www.chevrolet.com.br Segundo o Código de Defesa do Consumidor, o chamado deve ser feito quando houver um defeito de fabricação que coloque em risco a vida do usuário.

Uma vez anunciado o recall, não existe limite de data para fazê-lo. O que pode ocorrer é a montadora determinar uma data de início do atendimento, e não uma para o fim.

Qualquer problema como demora no agendamento, lentidão no reparo e mau atendimento deve ser denunciado no Procon local. Os consertos devem ser totalmente gratuitos.

O que diz a lei

O Código de Defesa do Consumidor (CDC), em seu artigo 10, estabelece que: "O fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança.

§ 1º O fornecedor de produtos e serviços que, posteriormente à sua introdução no mercado de consumo, tiver conhecimento da periculosidade que apresentem, deverá comunicar o fato imediatamente às autoridades competentes e aos consumidores, mediante anúncios publicitários."

Outra questão importante, que deve ser observada pelos consumidores, refere-se a exigência do comprovante de que o serviço foi efetuado, documento que deverá ser conservado e repassado adiante, em caso de venda. Caso tenha sido comercializado mais de uma vez, o atual proprietário terá o mesmo direito ao reparo gratuito.

Conforme a Portaria Conjunta nº 69 de 15/12/2010, da Secretaria de Direito Econômico e do Diretor do Departamento Nacional de Trânsito, o veículo que não for reparado/inspecionado em até 12 meses, após o início da campanha de recall, terá a informação lançada no campo 'observações' do próximo CRLV (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo) emitido pela autoridade de trânsito.

Na página do Denatran, é possível consultar os recalls de veículos divulgados pelas montadoras a partir de 17/03/2011.

Os consumidores que já passaram por algum acidente causado pelo defeito apontado poderão solicitar, por meio do Judiciário, reparação por danos morais e patrimoniais, eventualmente sofridos.

90% dos brasileiros dizem que qualidade dos serviços públicos deveria ser melhor considerando o valor dos impostos

14/07/2016 – Agência CNI

Pesquisa da CNI mostra que a população está insatisfeita com a aplicação do dinheiro dos tributos. Os serviços com as piores avaliações são saúde e segurança. A maioria é contra a volta da CPMF

Sete em cada dez brasileiros concordam que a baixa qualidade dos serviços públicos se deve mais à má gestão dos recursos do que à falta deles. Pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que 81% dos brasileiros acreditam que o governo já arrecada muito e não precisa aumentar os impostos para melhorar os serviços públicos.

Para 84% das pessoas, os impostos no Brasil são elevados ou muito elevados e 73% são contra o retorno da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Para 80% dos entrevistados, o governo deve reduzir as despesas atuais para diminuir os déficits orçamentários.

Dos que acham que o governo deve manter os gastos, a primeira opção para estabilizar as contas públicas deve ser a privatização de bens.



"As pessoas percebem que o governo arrecada muito com tributos e que o que volta para a sociedade não é de qualidade. A população prefere que o governo melhore a eficiência do gasto público em vez de aumentar ou criar impostos. Aumentar a eficiência é possível, mas não é suficiente.

Nesse momento, é importante promover um debate que informe à sociedade a situação das contas do governo e explique a necessidade de reformas urgentes, como a da Previdência", afirma o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

A pesquisa foi feita em parceria com o Ibope e entrevistou 2.002 pessoas em 143 municípios, entre os dias 17 e 20 de março. O número de brasileiros que têm a percepção de que pagam caro por serviços ruins é cada vez maior. Considerado o elevado patamar de impostos pagos no país, 90% dizem que os serviços deveriam ser melhores. Em 2013, o volume era de 83%, e em 2010, de 81%.

A saúde e a segurança têm as piores avaliações entre os 13 serviços analisados. Receberam os índices mais baixos - 20 e 22 pontos -, em uma escala em que valores superiores a 50 representam que a parcela da população que considera o serviço de alta ou muita qualidade é superior à que considera de baixa ou muito baixa qualidade.

Nenhuma das opções alcançou índice acima dos 50 pontos. Os que tiveram a melhor avaliação foram o fornecimento de energia elétrica e os Correios, com 48 e 46 pontos, respectivamente. Entre os 13 serviços avaliados, seis tiveram queda em relação à pesquisa anterior, realizada em julho de 2013.

REEQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS - Para 59% da população, os gastos públicos subiram muito nos últimos anos e 80% acreditam que o governo deve reduzir as despesas atuais para diminuir os déficits orçamentários.

Entre os que recomendam o corte de gastos, a prioridade deve ser reduzir o custeio da máquina pública e os salários dos funcionários públicos, na opinião de 32% e 22%, respectivamente.

Para os que acham que o governo deve manter os gastos, foram apresentadas três opções para estabilizar as contas. Do total, 42% disseram que o governo deve vender ou conceder bens e estatais à iniciativa privada, 17% defenderam a criação de impostos e 12% acham que é melhor aumentar a dívida pública. Outros 30% não souberam responder.

USO DE RECURSOS POR INSTÂNCIAS DE GOVERNO - Quanto menor a instância de governo, maior a percepção da população de que o dinheiro é bem utilizado. Dos entrevistados, 83% consideram que os recursos federais são mal utilizados ou muito mal utilizados pelo presidente da República e seus ministros. O percentual cai para 73% quando se analisa o orçamento estadual e para 70% quando se verifica o municipal.

SAIBA MAIS - Conheça todos os detalhes da pesquisa na página dos Retratos da Sociedade - Serviços públicos, tributação e gasto do governo.

POVO-FALA

A Agência CNI de Notícias quis saber a opinião das pessoas, em Brasília, sobre o assunto. Confira:



Os serviços públicos no Brasil são horríveis. Tem saúde? Não tem. O cara que tem câncer não é nem atendido. Saúde é essencial, segurança é essencial, educação é

essencial e não temos nenhum deles - JOSÉ RESENDE61 ANOS, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO



É tanto imposto que o governo pega e o que eles fazem com isso? A saúde está um caos, a segurança, tudo está um caos no Brasil. Se o imposto que eles roubaram tanto tivesse sido usado para fazer alguma coisa, mas não. Eles só querem sugar dos brasileiros - NATHÁLIA MAGALHÃES23 ANOS, RECEPCIONISTA



Eu sei que pago muitos impostos, mas o que eu posso fazer? Pelo imposto que nós pagamos, com certeza, deveríamos ter uma vida bem melhor. O povo brasileiro merece mais do que isso- GERSON FILHO57 ANOS, ASSISTENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Sou contra o pagamento de mais impostos. Já estamos no limite. Porque a gente precisa do retorno dos impostos e isso não está acontecendo. Se a CPMF voltar, nossa qualidade de vida não vai mudar- JOÃO FILHO42 ANOS, BOMBEIRO HIDRÁULICO



Os serviços públicos no país são ruins porque não cobrem todas as necessidades da população. O problema é que o dinheiro deveria ser usado para melhorar esta situação ao invés de ser desviado para corrupção ou esse tipo de coisa.

Micro e pequenas empresas geram mais empregos em Minas

14/07/2016 – Diário do Comércio

As micro e pequenas empresas (MPEs) de Minas Gerais responderam pelo maior saldo de emprego formal no segmento entre todos os estados pelo segundo mês consecutivo em maio.

Considerando apenas as MPEs mineiras, o saldo do emprego formal no período foi de 14,6 mil vagas, conforme levantamento do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (Sebrae Minas), feito com base em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A diferença entre os empregos gerados por MPEs de Minas e as demissões no segmento em maio foi mais de três vezes maior (10,6 mil empregos) do que em abril. Conforme o Caged, em maio foi registrada a abertura de 103,9 mil vagas e 89,3 mil desligamentos. O saldo de 14,6 mil empregos foi o maior desde junho de 2015, quando essa diferença entre demitidos e empregados foi de 23,7 mil.

Para o analista de economia da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Bruno Maciel Von Randow, o aumento do desemprego levou as pessoas a abrirem negócios próprios e, na maioria das vezes, esses empreendimentos são MPEs, majoritariamente microempresas, ou mesmo microempreendedores individuais (MEIs), com apenas um empregado.

“O movimento de empreendedorismo faz as pessoas abrirem seus negócios e gerarem

empregos. Os setores onde isso mais acontece é no comércio varejista, serviços de alimentação e educação. No setor industrial, o segmento de couro e calçados e o de alimentos é onde isso está mais perceptível”, afirmou.

Segundo ele, as MPEs mineiras estão gerando mais empregos que as médias e grandes, mas isso é percebido apenas nas empresas que têm até quatro empregados. Nas empresas que têm mais de quatro funcionários o movimento entre admissões e desligamentos é semelhante ao que se constata nas médias e grandes, com redução dos postos de trabalho.

Setores - De acordo com dados do Caged, o saldo positivo de maio foi influenciado pelos setores de agropecuária (18,5 mil); serviços (180), e pela indústria extrativa mineral (99). Já o comércio e a indústria da transformação repetiram o resultado de abril e apresentaram os piores desempenhos com 39,2 mil desligamentos e 35,5 mil admissões, gerando um déficit de 3,7 mil vagas.

Em relação às médias e grandes empresas, os pequenos negócios mineiros também ficaram na frente em maio. Empresas médias e grandes foram responsáveis por mais demissões do que contratações, gerando um saldo negativo de 5,3 mil empregos, resultado pior do que o de abril, quando o déficit foi de apenas 234 vagas.

Com base nos registros do Caged, na análise geral, no acumulado dos primeiros cinco meses de 2016, Minas Gerais registrou perda de 12,2 mil empregos formais e, nos últimos 12 meses, o número de vagas encerradas chegou a 184,7 mil.

Editorial: Pacificação na Usiminas

14/07/2016 – Diário do Comércio

A Usiminas, que esteve bastante próxima de uma situação de colapso, precisa reencontrar rapidamente a trilha da recuperação. A empresa, primeira referência quando se estuda o moderno processo de industrialização no Estado, enfrenta dificuldades em que se confundem fatores internos e externos.

Em primeiro lugar e fundamentalmente por conta de pesados investimentos realizados na ampliação da capacidade de produção e que, face à retração do mercado, produziram dívidas sem que trouxessem resultados. Este momento difícil, compartilhado por todo o setor e no mundo inteiro, coincidiu com desentendimentos entre acionistas controladores.

Há que esperar, objetivamente, que esta situação caminhe para ser superada, embora alguns sinais pareçam indicar o contrário. Fosse diferente e não seria crível que os dois grupos, Nippon Steel e Ternium, pudessem chegar a acordo para promover aumento do capital da empresa, passo crucial para recuperação do caixa e também para possibilitar o alongamento do perfil de sua dívida.

A única leitura possível é que ambos acreditam e apostam no futuro da Usiminas, concordando tacitamente que faz sentido trabalhar e apostar na sua recuperação.

Está claro que dar continuidade a estes esforços e ao mesmo tempo minimizar os riscos que persistem, implicam na superação dos desentendimentos entre os sócios controladores, num processo de pacificação que não deve mais ser retardado.

Não pode ser outro o melhor interesse deles próprios, com a conseqüente proteção de seus investimentos, dos colaboradores da Usiminas, fornecedores e clientes. Mais amplamente, do Estado e do País.

Cabe o entendimento pragmático de que fora desse contexto não há futuro, assim como está claro que existem caminhos para a harmonização dos interesses agora em conflito.

Quem se interessa pela Usiminas, quem conhece sua história e sua relevância, espera que a conciliação, mesmo depois do fracasso de audiência no Tribunal de Justiça de Minas no início da semana, seja afinal alcançada.

Um pacto, em primeiro lugar, que assegure governança e, conseqüentemente, continuidade nas ações em curso, inclusive as negociações relativas à repactuação de dívidas, que são cruciais. Da mesma forma para tranquilizar o corpo de colaboradores da empresa, seus fornecedores, etc.

São movimentos, a estas alturas, impositivos e os únicos capazes de expressar o melhor interesse de todas as partes, garantindo à Usiminas condições de reencontrar os valores que vem de sua criação e se projetam nos seus 60 anos de atividades.

Ministro apresenta programas brasileiros de proteção ao emprego a ministros do Trabalho do G20

14/07/2016 – Ministério do trabalho



O ministro do Trabalho Ronaldo Nogueira apresentou os programas brasileiros de proteção e promoção do emprego em seu discurso na Reunião de Ministros do Trabalho e Emprego do G20, em Pequim (China), nesta segunda-feira (11) – já terça-feira (12) no Brasil.

Ele foi um dos painelistas na primeira sessão temática do evento, que debateu geração de oportunidades de emprego adequadas. Ronaldo defendeu as iniciativas brasileiras como sugestões para superação de crises e incentivo ao crescimento econômico sem prejuízo aos trabalhadores.

“Estamos superando a crise que recentemente atingiu nosso país, através de medidas para combater o desemprego com a manutenção e o aprimoramento dos direitos sociais e trabalhistas. Um exemplo bem sucedido é o Programa de Proteção ao Emprego, que preservou o emprego de 58 mil trabalhadores com investimento de mais de R\$ 153 milhões,” afirmou.

O ministro falou ainda de medidas como a PEC das Domésticas que, entre outros avanços, incluiu mais de um milhão de trabalhadoras no FGTS em apenas um ano. Ele lembrou dos jovens inseridos no mercado de trabalho de maneira decente por meio da aprendizagem, e citou as Olimpíadas como exemplo.

“Pensando na formação de profissionais-cidadãos e em mecanismos de inserção de adolescentes e jovens no mundo do trabalho, de forma digna e protegida, foi lançado o Programa Jovem Aprendiz do Desporto (JADE), que visa à contratação de jovens para atuar em grandes eventos esportivos. Para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio 2016, já são 455 jovens participando do Programa”.

Ronaldo citou também as ações de incentivo ao empreendedorismo e as políticas de crédito como exemplos bem sucedidos. Ao final, ele cumprimentou o governo chinês pela iniciativa de estabelecer um Centro de Pesquisa sobre Empreendedorismo e

colocou o Brasil à disposição para contribuir com essas e outras iniciativas que possam surgir.

“O Brasil é um país com grande potencial, que possui uma democracia consolidada, instituições autônomas e independentes e plena vigência do Estado democrático de direito, um fator decisivo aos investidores que veem no Brasil um ambiente de negócios seguro e cada vez mais promissor”, concluiu.

A Reunião de Ministros do Trabalho e Emprego do G20 termina nesta terça-feira. O ministro Ronaldo Nogueira segue no evento, que neste segundo dia debate empregabilidade e promoção do trabalho decente.

Ministros do G20 assumem compromisso pelo trabalho decente em reunião na China

14/07/2016 – Ministério do Trabalho



Geração de empregos, promoção do trabalho decente, inserção dos jovens no mercado e crescimento econômico com foco na redução de desigualdades. Esses são os principais compromissos assumidos na declaração mundial assinada pelos ministros do Trabalho e Emprego do G20.

O documento é o resultado da reunião realizada em Pequim (China), nesta terça e quarta-feira, com a participação do ministro do Trabalho brasileiro Ronaldo Nogueira.

Na carta intitulada “Inovação e Crescimento Inclusivo: Trabalho Decente, Empregabilidade Melhorada e Oportunidades Adequadas de Emprego”, os ministros reconheceram os problemas relacionados à precariedade dos empregos e situações como a escravidão moderna. “O emprego produtivo e trabalho decente são a fundação dos meios de subsistência das pessoas ao redor do mundo”, aponta o documento.

Os ministros também assumiram a necessidade de se prepararem para as mudanças no mundo do trabalho, incluindo os desafios relacionados à globalização e à qualidade dos empregos, e se comprometeram a melhorar a aplicação dos direitos trabalhistas.

Segundo o ministro Ronaldo Nogueira, “estamos diante de fenômenos complexos, como a globalização, a inovação tecnológica e a transição demográfica, que têm impactos diretos sobre o mundo do trabalho. Esses fenômenos trazem desafios para os nossos governos, mas também grandes oportunidades”.

Temas

A Reunião de Ministros do Trabalho e Emprego do G20, realizada em Pequim, na China, debateu temas como inovação e crescimento inclusivo; promoção do trabalho decente; ampliação da empregabilidade e geração de oportunidades de emprego adequadas.

Participaram do encontro mais de 300 delegados e ministros do trabalho dos 19 países membros, o representante da União Europeia no grupo, além de integrantes de organizações internacionais (OIT, OCDE, Banco Mundial e FMI) e representantes de trabalhadores e empregadores.

A [Declaração da Reunião Ministerial do Trabalho e Emprego](#) engloba os assuntos

discutidos durante os dois dias de reunião e deve ser apresentada à cúpula do G20. A próxima reunião está prevista para 2017, sob a presidência da Alemanha.

Oi tem dívida de R\$ 158 milhões com pequenas empresas

14/07/2016 – Gazeta do Povo



Quase 20% dos 13 mil credores da Oi são micro e pequenas empresas, segundo lista anexada pela operadora de telefonia no processo de recuperação judicial que está no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. De acordo com um levantamento realizado pelo Sebrae, o impacto da dívida nessas empresas é de R\$ 158 milhões.

Ainda segundo o Sebrae, a dívida da tele com os micro e pequenos empresários pode prejudicar a sobrevivência dos negócios, cujo faturamento anual, por lei, não ultrapassa R\$ 3,6 milhões.

Esse cenário levou a instituição a enviar uma carta a cada um dos credores dizendo que eles não estão sozinhos e que podem se beneficiar do projeto Recupera MPE, desenvolvido em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

“Aproveitamos a crise da Oi para criar procedimentos de atendimento gratuito aos nossos clientes, que poderão ser utilizados em qualquer caso de recuperação judicial ou falência. Eles estão amparados pela Lei 147/14, que promoveu mudanças no Simples Nacional e garantiu o tratamento diferenciado nessas situações judiciais ao segmento”, explicou o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos.

O Recupera MPE foi criado há dois anos, mas será usado pela primeira vez com a crise da Oi. De forma geral, disse Afif, os empresários desconhecem esse direito.

Ele explicou que o Recupera MPE tem uma lista de ações para atender os 2.214 proprietários de micro e pequenas empresas que têm créditos com a Oi. Também será aberto um diálogo com os dirigentes da empresa, a fim de discutir medidas para preservar a continuidade delas no mercado, por exemplo, com a preferência no pagamento dos créditos.

Pela legislação em vigor, os pequenos negócios ganharam o direito de pedir recuperação judicial e voz na aprovação dos planos de recuperação. A lei determina que as empresas que se encontram nessa situação devem divulgar uma lista com o nome de todos os credores, incluindo aqueles que ainda não estão com dívidas vencidas, e valores devidos.

“Os donos de pequenos negócios devem ficar atentos a essa publicação, verificar se seu nome está lista e se os valores estão corretos”, recomendou o presidente do Sebrae.

Ele enfatizou que, caso a empresa não esteja discriminada ou os dados estejam incorretos, os donos de pequenos negócios devem apresentar em até 15 dias documentação que comprove o saldo devedor e o porte da empresa. “Recomendamos que os empresários nos procurem e contratem um advogado.”

Procurada, a Oi disse que não vai se manifestar.

Despesa com Itaipu pode elevar conta de luz em 2%

14/07/2016 – Gazeta do Povo



A bondade concedida pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Paraguai pela energia da usina de Itaipu vai custar caro para o consumidor. Sete anos após o acordo que triplicou o valor pago ao país vizinho pela cessão de eletricidade, o governo decidiu livrar o Tesouro Nacional dessa conta e transferi-la integralmente ao consumidor.

Cálculos preliminares de fontes do setor indicam que a tarifa da hidrelétrica terá que subir 12% para bancar essa despesa. Para a conta de luz, o impacto médio será de um aumento de 2%.

No dia 23 de junho, o governo publicou a Medida Provisória 735, que transferiu toda a despesa para as tarifas de energia. O texto teve efeito retroativo e passou a valer a partir de 1º de janeiro deste ano, mas só deve ser incluído nas contas de luz no ano que vem.

Neste ano, o Paraguai teria que receber cerca de R\$ 900 milhões por ceder seu excedente de energia ao Brasil. Para o ano que vem, as tarifas terão que arrecadar R\$ 1,8 bilhão, para fazer jus ao pagamento de 2016 e 2017.

Na tarifa de Itaipu, esse custo deve gerar uma alta da ordem de 12%. Para o consumidor final o impacto será diluído e deve atingir, em média, 2%. A conta será paga apenas pelos clientes das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, pois Itaipu não atende as outras regiões do país. O efeito para cada distribuidora vai variar entre 1,5% e 3%.

Acordo

O acordo que reajustou o preço da energia de Itaipu foi fechado pelos ex-presidentes Lula e Fernando Lugo. A produção da usina, de cerca de 14 mil megawatt-hora (MWh), é dividida igualmente entre os dois países.

Como não consome toda a eletricidade a que tem direito, o Paraguai vende o excedente para o Brasil. O valor que cada país recebe pela produção pela usina é o mesmo, US\$ 25,78 por kW. Mas o Paraguai recebe uma parcela apenas pela cessão de energia, como se fosse um royalty.

Petrobras vai suspender a produção de 25 plataformas

14/07/2016 – Gazeta do Povo



A Petrobras vai paralisar a produção em 25 plataformas por até um ano, enquanto negocia a venda das áreas para a iniciativa privada. A paralisação foi autorizada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP) na última semana.

A estatal também solicitou a interrupção da produção em outras nove unidades, mas ainda precisará apresentar estudos para justificar o pedido.

As unidades estão situadas nos estados de Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe e Espírito Santo. Ao todo, as unidades com paralisação solicitada abrangem 24 campos maduros, sendo 11 em terra. A maior parte das áreas já integra o plano de desinvestimentos da companhia, apresentado em março, com 104 concessões que representam 2% da produção da estatal.

A autorização para a parada das unidades foi tomada no dia 4 de julho, em reunião de diretoria da agência. "Caso não tenha sucesso um possível processo de Cessão de Direitos, no dia útil seguinte ao final da paralisação deverá ser retomada a produção de cada campo, (...) discriminando as atividades e investimentos que serão implementados", diz a ata do encontro.

A ANP também determinou que, se a empresa não conseguir vender as áreas e constatar a "inviabilidade econômica" da produção, deverá antecipar o término dos contratos. Conforme resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) deste ano, as áreas devolvidas ou com os contratos encerrados poderão ser alvo de novos leilões para pequenas empresas.

"Única solução"

Em reunião com sindicalistas, na última terça-feira (12), o presidente da estatal, Pedro Parente, reforçou que não há "solução" para a petroleira sem a venda de ativos.

Junto com diretores, o executivo falou que trabalha para "salvar" a companhia e indicou que estuda a entrada de um parceiro investidor na Transpetro para saldar dívidas da subsidiária.

Em resposta aos desinvestimentos, os sindicatos já iniciaram mobilização para um novo movimento grevista na estatal. Sindicatos do Norte e Nordeste, onde estão concentrados os campos terrestres já colocados à venda, iniciaram também na terça-feira assembleia para votar indicativo de greve a partir do próximo mês.

IIF prevê aumento de capital externo no Brasil em 2016 com melhora da política

14/07/2016 – O Povo

A melhora da situação política e o maior comprometimento com o ajuste econômico do presidente em exercício Michel Temer estão fazendo o Brasil voltar a atrair a atenção de investidores estrangeiros, avalia o Instituto Internacional de Finanças (IIF), formado pelos 500 maiores bancos do mundo, com sede em Washington.

Em relatório divulgado nesta quinta-feira, 14, o IIF prevê aumento dos fluxos de capital internacionais para a economia brasileira em 2016 e vê impacto limitado da saída do Reino Unido da União Europeia no país.

"O ajuste na política econômica conduzido pelo governo de Michel Temer tem sido um fator essencial para reduzir o medo dos investidores e aumentar as entradas de capital", afirma o IIF.

O relatório ressalta que o objetivo do ajuste é restaurar a credibilidade no tripé da política econômica: a meta de inflação, taxas de câmbio flexíveis e disciplina fiscal. Além das medidas de ajuste, o IIF ressalta que a melhora das contas externas brasileiras é outro fator positivo.

"Após um período de fuga de capital, as entradas se recuperaram", afirma o IIF. O documento não cita números específicos do Brasil, apenas da América Latina. A região

deve receber US\$ 221 bilhões em fluxos externos privados, acima dos US\$ 198 bilhões de 2015, considerando os investimentos externos diretos e aplicações em renda fixa e ações. As projeções de fluxos para a região tiveram melhora em 2016 por conta principalmente do Brasil, afirma o IIF.

A previsão do IIF é que os fluxos de capital no segundo semestre para o Brasil sejam beneficiados pela melhora da perspectiva de crescimento econômico e ainda pelo "carry trade" originado do adiamento da alta de juros nos Estados Unidos.

Enquanto o Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) deve demorar mais para elevar os juros, o Banco Central do Brasil, ao contrário, pode demorar um pouco mais para reduzir as taxas, o que deve fazer os investidores buscarem ganhos com esse diferencial.

O economista-chefe do IIF, Charles Collyns, destacou em uma teleconferência hoje que a continuidade da entrada de recursos externos para o Brasil e outros emergentes que estavam em situação econômica e política muito ruim, como a Argentina e a Rússia, vai depender do governo de Temer continuar com uma agenda de melhora da política econômica para estabilizar a situação doméstica.

O IIF prevê que os fluxos externos de capital para o Brasil em 2017 devem ter novo aumento, caso a política econômica de Temer não sofra reveses. O maior risco para as previsões, resalta o documento, é o avanço da Operação Lava Jato, que pode trazer instabilidade política adicional em Brasília. Outro risco é uma piora da economia mundial, o que tornaria o ajuste doméstico no Brasil mais difícil.

O contágio do Brexit no Brasil tem sido pequeno, resalta o IIF. Uma das razões é que os fluxos de comércio entre a economia brasileira e britânica é pequeno, menos de 2% do Produto Interno Bruto (PIB).

A melhora doméstica associada ao aumento da perspectiva de que o Fed vai demorar mais para subir os juros também limitou o contágio financeiro. O documento cita ainda que o fato de o Brasil ter alto volume de reservas internacionais também é um fator para limitar o impacto do Brexit.

Após meses de retração, mercado de máquinas agrícolas começa a reagir

14/07/2016 – Zero Hora



A produção e as vendas de máquinas agrícolas tiveram em junho o melhor resultado de 2016, trazendo um pouco de otimismo ao setor. Dados divulgados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) indicam que foram comercializadas 3.880 unidades em junho, 16,44% superior a maio.

Na comparação ao mesmo mês de 2015, houve retração de 8%. Na produção, foram 4,2 mil unidades em junho, crescimento de 10,38% sobre o mês de maio e aumento de 26,8% em relação a junho de 2015.

O presidente Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas (Simers), Cláudio Bier, destaca que a alta no mês foi influenciada pelo preço das commodities.

— A instabilidade política e econômica fez com que o agricultor segurasse os investimentos no semestre, em anos normais ele já teria comprado — constata Bier.

Apesar da melhora tímida e do segundo semestre ser historicamente melhor do que o primeiro, Bier acredita que os números não alcançarão os registrados no ano passado. Nada que gere pessimismo entre os fabricantes do setor, que comemoram cada pequena elevação, visto que o momento é de retração na economia brasileira.

A expectativa da indústria é que os recursos da principal linha - o Moderfrota - sejam suficientes. Para Bier, se o governo interino cumprir o que vem prometendo, o setor voltará a crescer.

— O governo garantiu que não vai faltar crédito. Vamos confiar nisso para retomar os negócios com mais força — resume Bier.

A percepção de melhora é compartilhada por Pedro Estevão Bastos, presidente da Câmara Setorial de Máquinas Agrícolas da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). Ele acredita que os números de vendas em 2016 ficarão próximos aos de 2015 — 42.737 unidades, queda de 30% sobre 2014.

— Acredito que haverá uma estabilização no setor e ano que vem os produtores devem voltar a comprar — prevê Bastos.

Na contramão, o presidente da Anfavea, Antonio Megale, espera queda em relação ao ano passado:

Ele estima queda de 15,5% nas vendas de máquinas agrícolas e rodoviárias (incluindo retroescavadeiras) e de 16,4% na produção, que deve encerrar 2016 com 46,2 mil unidades fabricadas, contra 55.262 no ano passado. O setor terá muito trabalho pela frente, visto que até o momento a retração é superior a 30% na comercialização.

Retomada deve estimular novas vagas de trabalho

A redução nas vendas e na produção de máquinas agrícolas reflete diretamente no número de empregos. Nos primeiros cinco meses do ano, o saldo entre as admissões e demissões é negativo em 898 postos, conforme dados do Núcleo de Estudos do Agronegócio da Fundação de Economia e Estatística (FEE).

Embora seja um número expressivo, o resultado ainda é menor do que o mesmo período de 2015, quando foram 1.667 vagas fechadas no segmento. Após o crescimento registrado em 2013, de julho de 2014 a maio de 2016, foram encerrados 8.009 vagas.

Rodrigo Feix, economista e coordenador do Núcleo de Estudos do Agronegócio da FEE, destaca que o ritmo das perdas de empregos vem diminuindo. Para ele, se as condições de crédito permitirem, novas vagas serão abertas.

— A indústria está próxima de ter feito todos os ajustes do quadro funcional e a tendência é de que no próximo semestre a abertura de vagas seja retomada —projeta Feix.

Projeções apontam para 14 mi de desempregados até fim de 2016, diz Moreira Franco

14/07/2016 – Paraná Online

O secretário-executivo do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), Wellington Moreira Franco, disse nesta quinta-feira, 14, que as projeções apontam para um contingente de 14 milhões de desempregados até o final do ano em curso.

"Convivemos com 11 milhões de desempregados e as projeções apontam para 14 milhões para o ano", disse o secretário.

Neste momento, Moreira Franco faz uma explanação da agenda econômica do governo interino de Michel Temer, em reunião com empresários do setor industrial na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Ainda de acordo com Moreira Franco, o maior problema que o Brasil enfrenta é de ordem econômica. "O governo entende que se tivéssemos tomado as medidas de política econômica no ano passado ou há um ano e meio atrás, o esforço parafiscal hoje seria menor", disse.

Infraestrutura e parcerias

Moreira Franco, afirmou que o governo trabalha para aumentar a transparência, agilidade e consistência técnica e política para as decisões de investimentos em infraestrutura e parcerias com o setor privado.

O secretário-executivo do PPI voltou a afirmar que, apesar de o governo Dilma Rousseff ter realizado um número elevado de concessões de ativos de infraestrutura, os leilões também criaram um ambiente de instabilidade e insegurança para os investidores.

"Há muito pouca transparência, os prazos entre a publicação do edital e a realização dos leilões, de modo geral, são muito curtos", disse. "Isso dificulta a possibilidade de os interessados estudarem e aprofundarem suas avaliações e diminui o ambiente concorrencial".

Do ponto de vista dos financiamentos, Moreira avaliou que o governo Dilma criou um ambiente de centralização excessiva em relação ao BNDES. Segundo o ministro, o banco não pode exercer simultaneamente os papéis de estruturação e financiamento dos projetos. "Temos que ter uma definição muito clara dos papéis de cada um dos atores para que possamos ter transparência".

Moreira ainda afirmou que a realidade financeira dos processos de concessão é "extremamente delicada", com os interesses de diversos agentes em jogo. "O BNDES fornecia financiamento com taxas subsidiadas para diminuir os custos e os concessionários eram estimulados a contratar empresas do governo para executar obras, mas, com a situação econômica se agravando, as empresas deixaram de executá-las".

Ele ainda afirmou que uma das preocupações do governo é a recuperação do ambiente de segurança jurídica do País. "Sempre tivemos segurança jurídica, os contratos sempre foram respeitados, mas esse ativo de confiança se perdeu. Temos que fazer um esforço imenso para que voltemos a ter segurança jurídica na área de concessão".

Flexifer anuncia nova linha de porta-ferramentas por contração térmica

14/07/2016 – CIMM

O Grupo Junker apresenta mais uma novidade em seu portfólio. Através da Divisão Flexifer da Zema Zselics Ltda., integrante do Grupo, a empresa lança a sua linha de porta-ferramentas por contração térmica (Shrink fit). Esse lançamento ocorreu durante a Feira da Mecânica de 2016.

Os cones térmicos são confeccionados com aço especial para a montagem de ferramentas com haste em metal duro ou HSS (high-speed steel). Estão disponíveis nos padrões Poligonal PSC C5, C6 e C8; HSK-A-63 e HSK-A-100; DIN 69871-AD/B ISO 40 e ISO 50; MAS BT AD/B tamanhos 30, 40 e 50 e ainda com haste paralela tipo lápis.

Seus diâmetros de fixação das ferramentas vão de Ø6 a Ø32mm com diversos padrões de comprimento.

Todos são balanceados para uma rotação de 20.000 rpm. Além disso, possuem furos roscados para balanceamento fino da ferramenta montada e passagem de líquido refrigerante. O erro de concentricidade máximo do cone em relação ao Ød é de 0,003mm.

Ford F-150 recebe novo câmbio de 10 marchas

14/07/2016 – Automotive Business



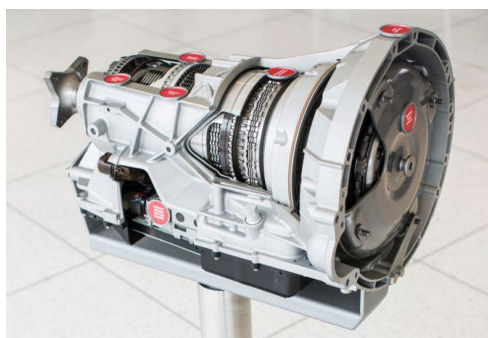
A Ford passa a equipar a picape F-150 com câmbio automático de dez marchas, o primeiro da categoria. Segundo a montadora, a nova transmissão traz melhores resultados de desempenho quando comparada à caixa de seis velocidades. A F-150 é campeã de vendas do mercado americano.

O novo câmbio é fabricado pela própria Ford na unidade de Livonia, em Michigan, onde a montadora está investindo US\$ 1,4 bilhão. Ele trabalha em conjunto com o motor EcoBoost 3.5 de segunda geração, com torque elevado de 62 kgf.m, maior que o de concorrentes a gasolina e diesel.

Ele também foi projetado para funcionar com o sistema Auto Start-Stop, item de série da picape, com partida rápida. Esse conjunto garante maior torque desde baixa rotação até o regime de pico do motor, ideal para cargas e reboques pesados.

A caixa tem três marchas Overdrive, voltadas à economia de combustível, e propicia a maior capacidade de reboque da categoria.

A programação do câmbio monitora mais de uma dúzia de informações do motor, da própria transmissão e do motorista para engatar a melhor marcha a cada momento.



Programação da caixa avalia mais de uma dúzia de informações do motor, do motorista e da própria transmissão para escolher a melhor marcha a cada momento.

FPT Industrial alcança 30 mil motores GNV vendidos no mundo

14/07/2016 – Automotive Business



A FPT Industrial alcança a marca de 30 mil motores movidos a gás natural veicular – GNV – vendidos em todo o mundo desde que iniciou a produção, em 2002. A tecnologia equipa desde veículos comerciais leves, caminhões médios e até pesados, incluindo ônibus urbanos. Em seu portfólio, estão os motores F1C, N60 e Cursor 8, com potências de 134 cv a 326 cv.

É amplamente utilizado em diversos países pelo mundo, como Espanha, Itália, China e Israel, com destaque para França, Holanda e Alemanha, os que mais utilizam esse tipo de tecnologia. Na América Latina o destaque vai para a Colômbia, Venezuela e Peru, sendo para este último os motores equipam ônibus urbanos.

“Estamos tendo retornos muito positivos sobre nossas tecnologias GNV. Os clientes estão bastante satisfeitos com o baixo consumo, com a redução dos custos de manutenção e, principalmente, com o desempenho dos motores. Nosso foco é desenvolver tecnologias mais amigáveis ao meio ambiente”, diz Marco Rangel, presidente da FPT Industrial na América Latina.

No Brasil, a tecnologia é recente, ainda passa por testes. Em parceria com a Iveco, a FPT Industrial desenvolveu três modelos movidos a GNV: em Porto Alegre (RS), roda em testes o Tector 170E20G coletor de lixo equipado com o motor N60 GNV.

Em São Paulo, outro Tector 170E20G AT também coletor de lixo também está em fase de avaliação. Já na linha comerciais leves, dois Daily - um 35S14G na versão furgão e um chassi cabine - ambos equipados com motores F1C, para aplicação urbana, estão sendo testados em Minas Gerais e em São Paulo, respectivamente.

Segundo a empresa, as emissões dos motores GNV atendem ao limite atual para pesados no Brasil conforme a legislação Proconve P7 e atendem ainda ao padrão EEV (Enhanced Environmentally-friendly Vehicles), um limite de emissões europeu voluntário, entre Euro V e Euro VI, o qual demonstra que os motores são menos poluentes que os motores P7 produzidos e vendidos atualmente.

“A FPT Industrial está preparada para atender às crescentes demandas e, mais do que isso, aprimora constantemente suas tecnologias para abranger maior variedade de aplicações e atender às solicitações dos clientes por menor custo total de propriedade (TCO) e emissões de CO2”, comenta Alexandre Xavier, diretor de engenharia da FPT Industrial na América Latina.

Jaguar Land Rover trabalha em carro autônomo off-road

14/07/2016 – Automotive Business

A Jaguar Land Rover não quer deixar seus utilitários esportivos de fora do universo dos carros autônomos. A empresa apresentou os primeiros resultados de seu trabalho voltado ao desenvolvimento de tecnologias capazes de conduzir o veículo em qualquer terreno, incluindo situações como uma estrada coberta de neve, montanhas ou uma floresta enlameada.

“Não queremos limitar apenas ao asfalto essas futuras tecnologias totalmente autônomas. Quando o motorista encontra outro tipo de terreno, queremos continuar a proporcionar a mesma assistência. Estamos trabalhando para que, no futuro, possamos garantir que você toda essa tecnologia em absolutamente qualquer situação, como em uma complexa pista de cascalho, por exemplo”, aponta Tony Harper, diretor de pesquisa da Jaguar Land Rover.

Dentro do projeto, a empresa já desenvolveu algumas tecnologias. Uma delas é a Path 3D Sensing, que combina sensores ultrassônicos de câmera, e sensores Lidar, radares e raios-laser para identificar superfícies, medir distâncias e perceber obstáculos. O conjunto dá visão de 360° ao carro. Com o recurso, o veículo pode mudar de forma automática o modo de condução de asfalto para areia, por exemplo, antes mesmo de o carro chegar ao novo piso.

Outro elemento importante para a companhia é a capacidade de comunicação entre os veículos. O recurso funciona quando eles estão em ponto-cego ou em lados opostos de um obstáculo fora de estrada. Em uma demonstração, a empresa conectou dois modelos Range Rover Sport com a tecnologia Dedicated Short Range Communications (DSRC) e criou o “Off-road Connected Convoy”.

A tecnologia compartilha informações em tempo real de localização, aderência das rodas, suspensão e articulações das rodas. “Este sistema de comunicação V2V pode facilmente conectar um comboio de veículos em qualquer ambiente off-road. Se um veículo estiver parado, outros do comboio serão alertados”, esclarece Harper.

Paralisação de auditores da Receita Federal tem início nesta quinta-feira

14/07/2016 – G1



Os auditores da Receita Federal decidiram paralisar as atividades por tempo indeterminado a partir desta quinta-feira (14). Em 18 estados e no DF os serviços foram suspensos ou os funcionários reduziram o ritmo de atendimento.

Segundo o Sindifisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal), a greve acontecerá duas vezes por semana, às terças e quintas, em resposta ao atraso do governo em enviar um projeto de lei ao Congresso para reajustar os salários da categoria.

Em alguns estados, auditores fiscais entregaram os cargos de chefia como forma de protesto. Eles não deixaram o emprego, apenas deixaram a posição de chefia, o que faz com que unidades da Receita Federal fiquem sem responsáveis pela distribuição e resultado dos trabalhos.

Durante a paralisação, os auditores estão realizando uma "Operação Padrão" nas fronteiras, portos e aeroportos, com fiscalização mais rigorosa na liberação de cargas e bagagens, o que acaba também provocando filas e alguns transtornos para passageiros e turistas.

Na última quarta-feira (6), uma comitiva do sindicato não chegou a um acordo com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, para destravar o projeto no Congresso. Segundo o Sindifisco, o ministro alegou “dificuldades técnicas e jurídicas” para tratar do caso.

Veja como está a paralisação nos estados:

Acre

Os auditores da Receita Federal do Acre iniciaram uma paralisação a partir desta quinta-feira (14). A classe segue o movimento nacional e vai paralisar as atividades todas às terças e quintas-feiras.

Os serviços no Acre serão paralisados nas delegacias, unidades de atendimento, aeroportos e pontos de fronteira, na capital acreana e nos municípios de Brasília, Assis Brasil e Cruzeiro do Sul.

Amapá

No Amapá, a paralisação é parcial. Atividades essenciais como malha fina, demandas judiciais, fiscalizações com prazos a serem cumpridos, lançamento de crédito tributário até certa data continuam sendo feitas.

Os auditores fiscais, assim como os analistas tributários da receita no Amapá, vão paralisar as atividades duas vezes por semana com a intenção de provocar a atualização das remunerações das duas categorias. Dez auditores fiscais que entregaram os cargos.

Amazonas

Os auditores da Receita Federal iniciaram mobilização no Amazonas nesta quinta-feira (14). Segundo o presidente da Delegacia do Amazonas do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), José Jefferson, durante a mobilização não haverá paralisação de todas as atividades desempenhadas pelos auditores fiscais, mas haverá redução no ritmo de trabalho.

Bahia

Auditores fiscais da Receita Federal no estado iniciaram paralisação das atividades nesta quinta-feira (14). Segundo Carlos Candal, vice-presidente da Delegacia Sindical Salvador e Lauro de Freitas, em assembleia realizada na semana passada, a categoria decidiu por realizar paralisações das atividades às terças e quintas.

Na manhã desta quinta, os auditores fiscais realizaram uma mobilização em frente ao Porto de Salvador a fim de chamar a atenção para as reivindicações da categoria. De acordo com Candal, com a paralisação dos serviços, nas aduana dos terminais [portos, aeroportos e alfândegas] não haverá despacho de importação e exportação, serviços como liberação e julgamento de processos, além de fiscalizações.

Apenas cargas consideradas sensíveis, como medicamentos e perecíveis, serão despachadas. "As operações Lava Jato, Zelotes, Custo Brasil. não serão interrompidas", detalha.

Já os analistas tributários da Receita informaram que paralisações da categoria já são realizadas em cidades como Salvador, Lauro de Freitas e Alagoinhas às terças e quintas. Com as paradas duas vezes na semana, são afetados serviços como emissão certidão negativa de débitos, parcelamento de débitos, retificação de DARF e Guia da Previdência Social.

Ceará

A paralisação atinge os serviços em Fortaleza, Pecém, Sobral e Juaziero do Norte, segundo o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco) no Ceará, Helder Rocha.

Apenas 30% dos auditores no Ceará seguem cumprindo atividades como plantão fiscal, malha fiscal da pessoa física, cumprimento de ordens judiciais, desembarço de cargas vivas e perecíveis.

No Ceará, são aproximadamente 300 auditores ativos e outros 300 aposentados, conforme estimativa do Sindifisco. A paralisação também afeta as aduanas do Porto de Fortaleza, Porto do Pecém e Aeroporto de Fortaleza. Nesses locais, os auditores preveem Operação Padrão.

Distrito Federal

Segundo o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco) no DF, Waltoedson de Arruda, a paralisação afeta o trabalho dos cerca de 980 auditores que trabalham em Brasília.

Em Brasília, um dos serviços afetados é a fiscalização de cargas no Aeroporto JK. A paralisação provocou atraso na entrega de malas, gerando filas no desembarque do terminal. No DF, os auditores trabalham em delegacias de fiscalização, no aeroporto, em coordenações e no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

De acordo com Arruda, 120 auditores com cargo de chefia em coordenações e subsecretarias entregaram o posto nesta quarta. Ele também afirmou que dez superintendentes assinaram um documento em que colocam o cargo à disposição.

Espírito Santo

A paralisação dos serviços no estado é total, segundo André Mellhem, diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco) no Espírito Santo.

"Vamos paralisar as atividades totalmente até que as demandas sejam cumpridas. Pode ser que algum colega ou outro não participe da paralisação, mas nossa categoria está em greve", disse.

Goiás

Os auditores fiscais e analistas tributários da Receita Federal realizam uma paralisação nesta quinta-feira (14), em Goiás. De acordo com as assessorias de comunicação do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco) e do Sindicato dos Analistas Tributários da Receita Federal (Sindireceita), cada uma das categorias está reunida para decidir se o ato deve se repetir na próxima semana. As entidades sindicais não souberam informar o número de profissionais envolvidos no ato e quais serviços foram afetados.

Minas Gerais

Segundo Comissão Regional de Mobilização, servidores estão parados em superintendências, delegacias, inspetorias e divisões. A Operação Padrão ocorre no terminal de cargas de Confins, com 100% das mercadorias fiscalizadas. Há atos previstos para hoje em Belo Horizonte.

Em Minas, 48 cargos foram entregues, com pedido de exoneração encaminhado ao superintendente. São todos concursados que ocupam cargos em comissão.

Pará

Os servidores vão paralisar as atividades nos postos aduaneiros do Pará às terças e quintas-feiras até que as reivindicações de reajuste salarial sejam cumpridas pelo Governo Federal.

De acordo com o vice-presidente da delegacia sindical, Iranilson Brasil, a paralisação é uma forma de pressionar o governo. Segundo o sindicato, as alfândegas do Aeroporto Internacional de Belém, do Terminal Hidroviário e do porto de Barcarena, no nordeste do Pará, onde há o maior movimento de cargas tanto de importação quanto para exportação do estado, estão paralisadas.

Paraíba

A adesão à paralisação é total e todos os serviços dos auditores deixam de funcionar durante o dia de paralisação.

Paraná

Auditores da Receita Federal em Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná, também decidiram paralisar as atividades nesta quinta-feira (14). A mobilização conta com cerca de 90 auditores fiscais da região.

Na fronteira, a paralisação afeta principalmente a liberação de cargas para importação e exportação no porto seco, que é considerado o segundo maior porto seco do país.

Pernambuco

Os 200 auditores fiscais e 120 analistas tributários da Receita Federal em Pernambuco também iniciaram uma paralisação por tempo indeterminado. Está prevista a suspensão das fiscalizações de cargas no Aeroporto Internacional do Recife e nos Portos do Recife e de Suape, na Região Metropolitana. Passageiros de voos internacionais também deverão enfrentar dificuldades, pois as inspeções e bagagens serão feitas em ritmo lento.

O superintendente da Receita Federal no estado, delegados, inspetores e chefes das Aduanas do Aeroporto Internacional Gilberto Freyre, dos portos do Grande Recife e da central de fiscalização em Caruaru, no Agreste, protocolarão, ainda nesta quinta, um com a entrega dos cargos de chefia.

Piauí

No Piauí, há a paralisação interna dos serviços, mas sem protestos. De acordo com o vice-presidente da associação dos auditores, Silvano Alencar, o atendimento de análise de arrecadação e as fiscalizações não funcionam em Teresina. Os auditores mantêm apenas o serviço de cobrança de débito.

Rio de Janeiro

Auditores fiscais faziam uma manifestação na manhã desta quinta-feira (14) no Aeroporto Internacional Galeão/Tom Jobim, na Ilha do Governador. Durante o ato, os fiscais atrasaram o processo de liberação dos passageiros que chegavam ao Brasil de destinos internacional.

Rio Grande do Norte

De acordo com o secretário geral do Sindifisco no RN, José Guilherme Cazumba Parente, todas as atividades que envolvem os auditores ficarão paralisadas nas terças e quintas-feiras.

"Nesses dias ficarão suspensas as fiscalizações à pessoas físicas e jurídicas e na expedição de declarações. Nos portos e aeroportos apenas materiais perecíveis, como alimentos e remédios, serão liberados. Nos vôos, serão verificados 100% das bagagens. Vai ser um transtorno para os passageiros, mas é nossa única forma de protestar", explicou Parente.

Roraima

A paralisação também atinge Roraima nesta manhã. Apenas 30% dos auditores trabalharão. Eles irão ofertar somente as demandas judiciais, dispensa de cargas urgentes e compostas de remédios e perecíveis. Será reduzido o plantão fiscal para pessoa jurídica. Nos outros dias, o funcionamento será normal.

Na assembleia da categoria, que teve início às 9h, chefes de todos os setores da RF em Roraima devem deixar os cargos. O sindicato não soube precisar o número de cargos, mas informou que os chefes de fiscalização, aduana, tributação, arrecadação, chefes das equipes de cobrança, assim como os supervisores da fiscalização vão formalizar pedidos de dispensa das funções.

É provável que os inspetores de Pacaraima e Bonfim [cidades fronteiriças] deixem os cargos. Todas essas funções são comissionadas exercidas por auditores, segundo o sindicato.

São Paulo

No estado de São Paulo, há reflexo no movimento de aeroportos e portos. As chefias ainda colocaram os cargos à disposição. Segundo o sindicato, os auditores que ocupam cargos devolveram a posição de chefia – o que faz com que as unidades da Receita Federal fiquem sem responsáveis pela distribuição e resultado dos trabalhos. Esses chefes não deixaram o emprego, apenas deixaram a posição de chefia e voltaram a ser auditores.

Audidores fiscais do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas SP), também aderiram ao protesto nacional. Eles intensificaram as fiscalizações de cargas no setor de importação e exportação e de bagagens de voos internacionais. A espera dos passageiros nesta manhã no desembarque chegou a perto de duas horas, quando o normal não chegaria nem a uma hora, segundo os fiscais.

A operação 'Pente Fino' foi feita em passageiros que chegaram entre 5h54 e 6h44 em dois voos da Azul de Orlando e Fort Lauderdale, nos Estados Unidos. O próximo desembarque internacional no terminal chega às 17h55, vindo de Lisboa, em Portugal.

Sergipe

Na delegacia em Aracaju, estão suspensos o atendimento ao público, a fiscalização, a arrecadação e a análise de processos. Somente as demandas de urgência serão cumpridas. Sergipe tem 50 auditores na ativa.

Histórico

Na última quarta-feira (6), uma comitiva do sindicato não chegou a um acordo com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, para destravar o projeto no Congresso.

Segundo o Sindifisco, o ministro alegou "dificuldades técnicas e jurídicas" para tratar do caso.

Por nota, o presidente do sindicato, Cláudio Damasceno, disse que a Medida Provisória 739/16 editada na semana passada, que dá bônus especial por desempenho para os médicos peritos do INSS em benefícios por incapacidade, "escancara o desprestígio da Receita Federal".

O PL está numa situação em que seria praticamente inócuo. Para que os prazos dados aos auditores sejam mantidos, o Palácio do Planalto precisaria remeter e votar o projeto antes do recesso parlamentar – previsto para começar nesta sexta-feira. Ou recorrer a outra medida provisória para fazer o acordo fechado em março valer a partir de agosto.

Bancos aceitam prorrogar prazo de acordo com Usiminas por mais 60 dias

14/07/2016 – Jornal Extra/G1

Bancos brasileiros credores da Usiminas deram mais 60 dias de prazo para a companhia conseguir uma reestruturação financeira, informou nesta quinta-feira o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

"O conjunto de bancos credores, do qual o BNDES faz parte, tomou a decisão conjunta de conceder mais 60 dias de 'standstill' para a empresa", informou o BNDES em comunicado. "Neste período a Usiminas deve apresentar resultados em relação à sua reestruturação financeira", afirmou o banco de fomento, um dos credores da siderúrgica.

O acordo de standstill, acertado no fim de março, venceria na sexta-feira da próxima semana. Fonte com conhecimento do assunto afirmou mais cedo que a Usiminas havia pedido prazo de 45 dias para a prorrogação do acordo que suspende as obrigações financeiras da companhia enquanto promove uma operação de aumento de capital de 1 bilhão de reais tida como necessária para iniciar sua reestruturação financeira.

Os bancos brasileiros que fazem parte do grupo de credores da companhia, além do BNDES, são Itaú Unibanco, Bradesco e Banco do Brasil. Segundo a fonte, o anúncio do acordo de prorrogação do prazo deve ser feito no final desta quinta-feira ou no início da sexta-feira.

Procurada, a Usiminas afirmou apenas que "vai se pronunciar sobre o assunto ao fim do prazo estabelecido pelo acordo de standstill, quando o mercado será comunicado sobre qualquer resolução".

As ações PNA da Usiminas oscilavam estáveis e os papéis ordinários subiam 1,7 por cento às 12h30. O Ibovespa, no qual estão listadas apenas as ações preferenciais, mostrava valorização de 1,2 por cento.

Instituição quer criar 'Tinder' para parcerias entre 3º setor e empresas

14/07/2016 – Folha de S.Paulo

A falta de comunicação é um dos principais desafios para que se formem parcerias entre negócios de impacto e empresas. A conclusão é do relatório "O Poder das Sinergias - Parcerias Entre Empreendedores Sociais e Empresas", lançado nesta quinta-feira (14), pela FDC (Fundação Dom Cabral).

Para solucionar o entrave, a instituição, parceira do Prêmio Empreendedor Social, vê como saída a criação de uma plataforma nos moldes do 'Tinder', aplicativo de paqueras pelo qual, em alguns segundos, decide-se um potencial encontro amoroso.

"A ideia é criar um sistema que avalie o potencial de uma parceria para os dois lados de uma maneira muito rápida", explica o professor Heiko Spitzeck, um dos autores do relatório e mentores do aplicativo adaptado aos negócios sociais.

Por causa de ruídos ou má comunicação, as cooperações acabam acontecendo ao acaso, sem foco nos potenciais benefícios gerados quando o grande empresariado se conecta com empreendedores sociais.

A vantagem de um acordo planejado e com "match" de perfis, segundo o professor, é que "o empreendedor pode gerar receita e ganhar escala e a empresa, reduzir os custos".

Essa relação de "ganha-ganha" é comprovada com cases apresentados ao longo da pesquisa, que demonstram como o recurso do setor privado pode ser melhor aproveitado em investimentos sociais.

"As empresas têm orçamento para os temas de sustentabilidade, que normalmente é aplicado em programas nem sempre muito eficientes", afirma Spitzeck. "Ao mesmo tempo, existem empreendedores sociais que trabalham com esses temas, com modelos que geram um pouco de lucro, mas que precisam escalar as operações."

Um dos exemplos do estudo é a parceria entre a maior montadora do mundo, a Toyota, e Raízes Desenvolvimento Sustentável, finalista do Prêmio Empreendedor Social de Futuro em 2012.

No fim de 2014, a Raízes, negócio social que busca soluções sustentáveis de desenvolvimento local, foi procurada pela Toyota quando a montadora sentiu a necessidade de reposicionar a comunicação de seus projetos de sustentabilidade.

"A Toyota tem projetos ótimos, mas divulga pouco. Então fizemos um estudo de como as outras empresas fazem isso e como eles poderiam expandir", explica Mariana Madureira, fundadora da Raízes e integrante da Rede **Folha** de Empreendedores Socioambientais.

O ganho para o negócio social foi, principalmente, o aprendizado. "Trouxe um conhecimento de como trabalhar com uma indústria gigante e também de levar as práticas dos grandes para os pequenos empreendedores", diz Mariana.

O professor Spitzeck aposta que as parcerias, daqui a cinco anos, tenham sucesso semelhante ao do Yunus Negócios Sociais, que garantiu ao economista Muhammad Yunus o Prêmio Nobel da Paz. "Meu único pedido é que me citem ao receber o prêmio", brinca o estudioso brasileiro.

Senado argentino aprova lei que protege indústria automotiva

14/07/2016 – Bem Paraná

Diante da invasão de autopeças e carros brasileiros na Argentina, o Senado do país aprovou por unanimidade, na noite de quarta (13), um projeto para incentivar o mercado automotivo local. A lei -que já havia passada pela Câmara dos Deputados- concederá desconto fiscal às empresas que aumentarem o conteúdo nacional.

A dedução nos impostos vai variar de 4% a 15% conforme o volume de peças argentinas usado pelas montadoras, tendo uma exigência mínima de 30% para carros e 25% para ônibus e caminhões.

A medida é similar à brasileira Inovar-Auto e dificulta a integração do Mercosul, destaca o economista argentino Gonzalo Dalmaso, da consultoria Abeceb. O Inovar-auto, que exige etapas de produção no Brasil para abatimento de imposto, levou a OMC (Organização Mundial do Comércio) a investigar o regime tributário do setor no país.

"Toda medida de caráter nacional que não inclui um tratamento igualitário aos países do bloco vai contra a integração", diz Dalmaso. O programa argentino surpreendeu o mercado, que esperava medidas menos protecionistas do presidente, Mauricio Macri.

Nos últimos 12 anos, durante o kirchnerismo, a Argentina foi fechando gradualmente seu mercado. Para o economista da Abeceb, Macri está, sim, avançando na liberalização, mas com cuidado: "Ele não está protegendo de maneira indiscriminada, como ocorria antes, mas também não está liberando tudo".

No mês passado, o Brasil perdeu uma briga comercial contra a Argentina. O governo do presidente interino Michel Temer queria flexibilizar o acordo automotivo dos países para poder aumentar suas exportações.

Não conseguiu. Permaneceu o tratado em que o Brasil tem que importar US\$ 1 para cada US\$ 1,5 que exporte. A única vitória do Brasil na negociação foi que os cálculos do limite de comércio passaram a ser feitos sobre um período de quatro anos, e não de um, como ocorria até então.

As medidas protecionistas de Macri respondem à crise econômica do país, que tem impactado no emprego. No primeiro trimestre deste ano, o PIB recuou 0,7% na comparação com o último de 2015. A queda no emprego no setor privado também foi de 0,7% em abril ante o mesmo mês do ano passado.

A indústria automotiva é uma das mais prejudicadas. Com o peso valorizado e real fraco, a Argentina perdeu competitividade. Resultado: enquanto as vendas de veículos e autopeças do Brasil no país vizinho aumentaram 15% no acumulado dos cinco primeiros de 2016, a produção Argentina recuou 12,5%.

A crise no Brasil, o maior mercado das exportações argentinas, é mais um entrave. Puxadas pela retração do consumo brasileiro, as vendas internacionais de veículos da Argentina caíram 26,5% até maio.

Com esse cenário, o economista Gastón Rossi, da consultoria LCG, diz que o projeto de Macri para incentivar a produção automotiva local talvez não seja suficiente.

"Pode evitar que a nossa indústria continue se deteriorando, mas será difícil reverter o quadro com um câmbio pouco competitivo e problemas estruturais na indústria." O governo Macri, porém, afirma que, se aprovada, a lei impulsionará a criação de 27 mil postos de trabalho.